

RESENHA

Teorias de Relações Internacionais

Gilberto Sarfati¹

SARFATI, Gilberto. Teorias de Relações Internacionais. São Paulo, Ed. Saraiva, 2005. 384pp.

Por quê um livro de teorias de Relações Internacionais? Por trás desta obra didática estão duas premissas importantes sobre o campo das Relações Internacionais:

1. As Relações Internacionais constitui um campo científico independente dentro das ciências sociais;
2. As Relações Internacionais, ao contrário de outras ciências das ciências sociais, não possui uma teoria geral amplamente aceita por sua comunidade epistêmica.

As Relações Internacionais como campo independente das ciências sociais têm como seu marco histórico o ano de 1919 quando foi criada a sua primeira cadeira acadêmica, sob os auspícios do filantropo David Davies, na University of Wales, Aberystwyth, no Reino Unido sob o nome de Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional. Seu primeiro ocupante, Alfred Zimmern, deveria enfrentar o desafio de explicar porque as guerras ocorrem e como evitá-las.

Se por um lado as Relações Internacionais (campo acadêmico) se iniciam em 1919, o marco do início das relações internacionais (foco de estudo do campo acadêmico) é 1648, quando foi assinado a Paz de Westfalia baseada nas premissas de que a) o governo de cada país é de forma inequívoca soberano dentro de seu território; e b) os países não devem interferir nos assuntos domésticos uns dos outros. Westfalia é o marco das relações internacionais pois a partir de então passa a ser possível claramente separar aquilo que seria assunto interno de um país e aquilo que seria a sua relação com o resto do mundo. Contemporaneamente convencionou-se que o foco de estudo das Ciências Políticas são as relações políticas internas de um país enquanto que o foco das Relações Internacionais são as relações externas aos estados (o que pode incluir as chamadas relações transnacionais que não envolvem necessariamente dois estados).

Como antes de 1648 não havia estados, não poderíamos aplicar nenhuma teoria de Relações Internacionais para buscar explicar eventos e fenômenos internacionais de antes de 1648. Apesar de que, como veremos com o Realismo de Tucídides, é possível tirar excelentes lições da Grécia antiga para compreender as relações internacionais contemporâneas.

No capítulo 1 discutimos as tradições científicas que estão por trás das teorias de Relações Internacionais abordadas nesta obra, divididas basicamente entre teorias que buscam explicar a realidade e aquelas que buscam entendê-la. Além disso, discutimos as

¹ Doutorando em Ciência Política e Mestre em Relações Internacionais. É docente nos cursos de relações internacionais do Unicentro Belas Artes e de outras IES.

diferenças fundamentais entre os atores de relações internacionais, que são aqueles que fazem parte do universo ontológico de cada teoria; e o nível de análise, que é o foco explicativo de cada uma das teorias de Relações Internacionais. Já no capítulo 2 apresentamos os paradigmas clássicos de Relações Internacionais, conforme formulado por Viotti e Kaupí, os paradigmas referem-se a padrões teóricos que indicam o que deve ser observado, que tipo de questões devem ser feitas, como elas devem ser feitas e como os resultados devem ser testados. De forma mais simples ainda, os paradigmas clássicos nos indicam três grandes grupos de agrupamento teórico capazes de cobrir as teorias de Relações Internacionais até o final da Guerra Fria. Apesar de não englobar todos os paradigmas de nossa ciência conhece-los é uma obrigação de qualquer estudante de Relações Internacionais além de constituir uma excelente forma de compreender como é possível construir explicações científicas em Relações Internacionais.

Nos capítulos 3 e 4 apresentamos introdutoriamente as questões da guerra e da cooperação em Relações Internacionais, em torno destes dois grandes temas encontra-se não só a origem de nossa disciplina mas também o cerne das questões que ainda hoje afligem os estudiosos das Relações Internacionais.

As Relações Internacionais enquanto campo acadêmico é extremamente jovem e filho do desenvolvimento das ciências políticas, portanto, como todo filho, as Relações Internacionais devem muito de seu desenvolvimento histórico a sua “mãe” ciências políticas. É das ciências políticas que tiramos as teorias que chamamos de pré-história das Relações Internacionais: o Realismo Clássico e o Idealismo Clássico (capítulos 5 e 6). Trata-se da discussão do trabalho de teóricos como Hobbes, Maquiavel, Marsílio de Pádua, Thomas More, Abade de Saint-Pierre, Rousseau e Grotius. Todos estes são nomes bastante conhecidos, descritos e estudados nas ciências sociais em geral, e aqui nos referimos a implicação do trabalho destes autores para a nossa compreensão das relações internacionais.

Ainda no capítulo 5 discutimos a Guerra do Peloponeso de Tucídides, como notamos, trata-se de uma obra histórica sobre o conflito entre Atenas e Esparta há cerca de 2.500 anos atrás. Apesar de ter sido escrita muito antes do advento do estado moderno há lições fundamentais desta obra para compreensão das relações internacionais ainda neste século XXI. São questões como poder, interesses, cooperação, guerra, economia, etc. que em muitos aspectos não diferem profundamente do mundo de mais de dois mil anos atrás. É por isso que podemos tomar Tucídides como o patriarca das Relações Internacionais.

Já no capítulo 6 entramos na primeira teoria de Relações Internacionais, trata-se do Idealismo Moderno, que dominou nosso campo nas décadas de 1920 e parte de 1930, tendo como premissa básica que a defesa do direito internacional seria suficiente para que as guerras fossem evitadas. No capítulo 7, apresentamos o Realismo Moderno de Carr e Morgenthau, que dominou a academia e a prática das Relações Internacionais de desde meados da década de 1940 até quase o final da década de 1970 e, na verdade, ainda hoje encontra práticos espalhados pelo mundo. O Realismo Moderno desenvolve os preceitos clássicos do Realismo para a aplicação das relações entre os estados modernos (do século XX) assumindo que estes não só são os atores fundamentais das relações internacionais como que suas relações são determinadas pela busca do poder e, portanto, a cooperação só ocorre quando há um balanço de poder.

Em seguida, no capítulo 8, apresentamos o Liberalismo cuja teoria continua atual, ao contrário do Idealismo Moderno, com os trabalhos de teóricos como Doyle e Moravcsik. No entanto, não é uma tarefa simples traçar uma fronteira clara entre o Idealismo e o Liberalismo, principalmente quando pegamos o trabalho de Kant que tecnicamente poderia estar em qualquer um dos dois campos, entretanto, uma diferença fundamental entre os dois é o nível de análise, que no Liberalismo é o indivíduo enquanto que no Idealismo é o estado.

No capítulo 9 são discutidas as contribuições marxistas (clássicas) as Relações Internacionais, incluindo o trabalho do próprio Marx além das teorias imperialistas de Lênin e Bukharin. Historicamente as teorias marxistas nunca foram populares entre os acadêmicos e práticos das Relações Internacionais porque basicamente em sua origem vemos uma teoria dedica às ciências sociais com fortes implicações para as ciências políticas e econômicas, por outro lado, as implicações para as Relações Internacionais, como a natureza de reprodutora do sistema econômico e os mecanismos de dominação de classes, são interpretações cuja aplicação é indireta às relações internacionais.

A Escola Inglesa é tratada ao longo do capítulo 10, como o próprio nome diz trata-se do desenvolvimento de uma teoria de Relações Internacionais essencialmente feita na Inglaterra, o qualitativo foi inventado pois a maior parte do desenvolvimento teórico de Relações Internacionais foi (e continua sendo) produto dos programas de estudos das instituições universitárias norte-americanas. A Escola Inglesa, com nomes como Wight e Bull, encontra-se hoje na sua terceira geração, portanto, fazendo parte integrante do debate contemporâneo das teorias de Relações Internacionais com uma perspectiva que concilia o estado de conflito anárquico do sistema internacional tipicamente realista com a cooperação na chamada sociedade internacional mais associada à tradição idealista.

O capítulo 11 destaca a contribuição Neomarxista para as Relações Internacionais através das teorias da Dependência e o Sistema Mundial Moderno. Ambas as teorias reproduzem, ao nível das relações estatais, o conceito marxista de conflito de classes, atribuindo a divisão internacional do trabalho como fator primordial de diferenças entre estados periféricos e estados centrais, em um sistema aonde as relações entre centro e periferia tendem a se reproduzir tanto quanto dentro de um estado as relações entre burgueses e proletários.

Apesar de que assumimos o ano de 1919 como marco inicial do campo acadêmico de Relações Internacionais, grande parte dos departamentos de Ciências Políticas nos Estados Unidos e Europa, começam a realmente trabalhar com a área em meados da década de 1950. Em muitas instituições eventualmente as Relações Internacionais ganharam ao longo do tempo o caráter de departamento independente; já em outras, preferiu-se manter as Relações Internacionais como uma área de concentração das Ciências Políticas. Estes estudos produziram diversos resultados positivos nas décadas de 1950 e 1960 através de teóricos com Morgenthau, Herz, Waltz e Jervis (além de claro Bull e Wight do outro lado do atlântico), em um contexto no qual a Guerra Fria dominava a tônica das análises de Relações Internacionais. Apesar disso, as diferenças entre ciências políticas e Relações Internacionais, enquanto campos acadêmicos, ainda eram muito poucas até meados da década de 1970.

O capítulo 12 mostra o Neo-Realismo através do trabalho de Waltz em *Theory of International Politics* de 1979. Este livro é um marco no desenvolvimento teórico das Relações Internacionais pois a partir de então o campo assume um caráter diferente das ciências políticas, com um desenvolvimento teórico próprio e diferenciado que, sim, dialoga com sua “mãe”, ciências políticas, todos os dias, tanto quanto dialoga com seus “irmãos mais velhos”, o direito e a economia, entretanto o faz de forma soberana, através de teorias próprias e distintas destes três outros campos acadêmicos das ciências sociais. Waltz cria uma teoria estrutural da política internacional atribuindo a distribuição das capacidades (poder) o papel fundamental de explicação do comportamento dos estados nas relações internacionais.

O Neo-Realismo manteve-se ao longo da década de 1980 como a corrente principal de aderência dos acadêmicos das Relações Internacionais, o chamado mainstream da academia, e ainda hoje talvez possamos dizer que este título permanece, especialmente nos Estados Unidos. A partir de então, todas as teorias de Relações Internacionais, de certa forma, tem que dialogar com o Neo-Realismo waltziano.

O capítulo 13 mostra o Neoliberalismo Institucional que de certa forma, já vinha sendo desenvolvido desde o começo da década de 1970 quando Keohane e Nye já começavam a alertar para a importância dos atores não-estatais como entidades capazes de influenciar os resultados das relações internacionais. Já em meados da década de 1980 os atores transnacionais são contextualizados em uma teoria que analisa a importância das instituições internacionais como elemento fundamental de incentivo à cooperação internacional. A década de 1980 foi academicamente dominada pelo debate entre o Neo-Realismo e o Neoliberalismo, conforme mostra o capítulo 13, entretanto, como veremos, ambas as teorias são mais próximas que as diferentes nomenclaturas deixam transparecer, essencialmente porque na verdade todos os seus acadêmicos são formados na mesma escola realista e, portanto, suas diferenças são pontuais.

No capítulo 15 apresentamos as teorias de Relações Internacionais relacionadas especificamente aos processos de integração e que não podem ser facilmente relacionadas às outras teorias “gerais” de Relações Internacionais.

Encerramos a primeira parte do livro com o capítulo 16 que mostra como a Teoria dos Jogos pode ser aplicada aos estudos teóricos de Relações Internacionais. Esta teoria teve seu desenvolvimento iniciado no campo da economia e rapidamente estendido aos outros campos das ciências sociais. Trata-se de um instrumental teórico que avalia o resultados de interações estratégicas entre atores racionais. Em Relações Internacionais ela pode ser usada de forma isolada, para entender situações como a da Crise dos Mísseis, ou de forma suplementar à aplicação de teorias positivistas como o Neo-Realismo e Neoliberalismo.

Dividimos este livro em duas partes pois, como demonstra o capítulo 17, o final da Guerra Fria representa um importante divisor de águas no desenvolvimento das teorias de Relações Internacionais. Não que muitas das teorias mostradas nesta segunda parte não existissem na década de 1980 ou até antes disso, entretanto, a mudança do contexto geopolítico afetou profundamente as percepções acadêmicas sobre as Relações

Internacionais gerando uma profusão de visões teóricas consideravelmente diferentes do estreito debate “neo-neo”.

O final da Guerra Fria gerou uma profusão teórica essencialmente porque houve uma dificuldade de usar as teorias, descritas na primeira parte do livro, para explicar tal evento e pior ainda, nenhuma das teorias havia previsto o que iria ocorrer. O final da Guerra Fria não foi um evento isolado como o atentado de 11 de Setembro de 2001, tratou-se de uma mudança estrutural aonde o bipolarismo entre os Estados Unidos e a URSS é abandonado e um novo mundo, que polemicamente se discute se é multilateral ou unilateral emerge. Uma vez que se trata de uma mudança sistêmica profunda poderia se esperar que as teorias positivistas fossem de alguma forma capazes de antecipar o que ocorreria, como isto não ocorreu, teorias pós-positivistas como a Teoria Crítica e o Pós-Modernismo emergiram da marginalidade para se contraporem essencialmente ao Neo-Realismo.

De certa forma, o final da Guerra Fria frustrou os esforços teóricos do debate “neo-neo” de construir uma síntese teórica que resultaria “na” teoria geral das Relações Internacionais, transformando assim o campo em uma “ciência normal” e relegando portanto todas as outras perspectivas à eterna marginalidade. Ao invés disso, o campo voltou à “estaca-zero” pois o debate de síntese teórica tornou-se o debate metateórico da construção das ciências, da epistemologia e da ontologia. O capítulo 18, discute então, o problema agente-estrutura que trata de uma discussão teórica que critica teorias que sejam baseadas no agente ignorando a estrutura ao mesmo tempo que critica teorias estruturais que tornam os agentes marionetes da estrutura. A partir de então, busca-se contemporaneamente construir teorias que equacionem o debate agente-estrutura mostrando como agentes e estrutura são definidos na teoria e em muitos casos mostrando como eles são mutuamente constituídos. Em todo o caso, é inevitável que referências teóricas do século XXI digam qual o seu posicionamento a esta questão.

Diante da falha em prever o final da Guerra Fria, a eclosão do nacionalismo na década de 1990 e o fenômeno da globalização, o capítulo 19 questiona se as teorias derivadas do Realismo continuam relevantes para a nossa compreensão contemporânea das Relações Internacionais. Como veremos, apesar das imensas falhas, o paradigma realista continua relevante porque ele não foi “derrubado” ou “substituído” por outros paradigmas, entretanto, agora ele deve disputar a atenção e o espaço acadêmico das Relações Internacionais com teorias com tradições epistemológicas bastante distintas, associadas ao pós-positivismo, como o Pós-Modernismo, Teoria Crítica e o Feminismo.

No capítulo 20, o Pós-Modernismo é apresentado como uma teoria que busca desconstruir as explicações de Relações Internacionais mostrando que não é possível entender uma “realidade” internacional fora do contexto da teoria que constrói esta realidade. O radicalismo teórico do pós-modernismo de certa forma nega que as Relações Internacionais sejam uma ciência pois o objeto de estudo e o teórico são ontologicamente indissociáveis, portanto, não seria possível aceitar a existência de uma realidade internacional a ser explicada. A tarefa do Pós-Modernismo, é portanto, expor o viés que qualquer explicação teórica possui. A Teoria Crítica, apresentada no capítulo 21, também busca desconstruir as explicações de Relações Internacionais ao mesmo tempo que busca reconstruí-las em torno de um viés em prol de todos os excluídos pelos discursos dominantes, sejam eles mulheres, classes sociais, minorias étnicas, etc.

O capítulo 22 apresenta a Teoria Construtivista, principalmente através do trabalho de Wendt ao longo da década de 1990, trabalho este que culmina com o livro *Social Theory of International Politics* de 1999, livro publicado exatos vinte anos depois da obra de Waltz e já considerado uma das obras fundamentais das Relações Internacionais. Wendt busca construir uma perspectiva sociológica das relações internacionais que epistemologicamente se associa ao positivismo (existe uma realidade independente de nossa vontade) e ontologicamente está associada ao pós-positivismo (esta realidade é socialmente construída). A chamada via media representada pelo Construtivismo é uma tentativa de construir uma ponte na diversidade teórica do debate positivismo versus positivismo que marcou a década de 1990, conforme nota Lapid no chamado Terceiro Debate das Relações Internacionais (capítulo 25).

A psicologia cognitiva (capítulo 23), assim como a Teoria dos Jogos, não é uma teoria própria das Relações Internacionais, mas apresenta interessantes contribuições para a nossa compreensão das relações internacionais. Ontologicamente, a teoria aproxima-se bastante do Construtivismo à medida que atribui papel central à formação da identidade dos estados como elemento central da formação de seus interesses; a psicologia cognitiva contribuiria para entender como funciona o processo de formação destas identidades.

O Feminismo, discutido no capítulo 24, desafia qualquer tentativa de simples classificação, isto porque há perspectivas teóricas feministas das Relações Internacionais que são essencialmente positivistas como aquelas associadas ao Marxismo e ao Liberalismo, ao mesmo tempo que há outras ligadas à tradição pós-positivista do Pós-Modernismo e Teoria Crítica, além de outras mais facilmente associadas ao Construtivismo. Entretanto, normalmente o Feminismo das Relações Internacionais é classificado dentro do campo pós-positivista pois é através de contribuições de teóricas como Ann Tickner e Enloe que o Feminismo vem ganhando espaço no debate teórico das Relações Internacionais.

O capítulo 27 analisa o impacto das questões da globalização e a discussão sobre a soberania nacional dentro das teorias das Relações Internacionais. O fenômeno da globalização e o seu impacto sobre a autonomia dos estados nacionais desafia as explicações clássicas de Relações Internacionais por representar uma ameaça prática (e não legal) a divisão westfaliana de assuntos internos e externos. Cada vez mais há uma dificuldade de identificar as linhas de divisão (externo e interno) e cada vez mais atores não-estatais vêm ganhando importância nas relações internacionais, portanto, é inevitável que todas as perspectivas teóricas, no final do século XX e já neste século XXI, tenham que, de alguma forma refletir sobre suas visões a respeito da globalização e sobre questões que vem a cada dia ganhando mais espaço na literatura como a governança global.

As teorias de Economia Política Internacional (EPI) ou de Relações Econômicas Internacionais são apresentadas introdutoriamente no capítulo 28. Ao longo da Guerra Fria naturalmente o campo da EPI teve uma importância marginal dentro dos estudos de Relações Internacionais dado o foco na segurança internacional. Entretanto, o final da Guerra Fria elevou os temas econômicos não só na agenda dos estados como no todo dos estudos de Relações Internacionais. Há aqui uma busca de integrar as teorias de EPI

dentro das Relações Internacionais e não torná-las diferentes ou autônomas. Na longa carreira de Susan Strange a mesma travou uma batalha surda nesta tarefa que só agora começa a produzir frutos quando mais e mais teóricos de Relações Internacionais referem-se teoricamente e empiricamente à economia dentro do contexto da política internacional.

Finalmente, a obra termina mostrando que deu na verdade os problemas fáceis, a física, quer dizer, as Relações Internacionais lida com fenômenos menos ainda observáveis que a economia, o que dizer então da física. Portanto, a construção teórica de Relações Internacionais é uma tarefa hercúlea pois os teóricos praticamente não têm concordância sobre nenhum aspecto fundamental de nossa ciência o que justificaria a grande importância do debate metateórico, sobre epistemologia, ontologia e metodologia, nos últimos quinze anos. Aparentemente o campo estaria confluindo novamente em torno de um quarto debate que seria configurado pela discussão se existe a possibilidade de estabelecer um diálogo dentro da fauna teórica de Relações Internacionais e mais ainda se seria possível construir uma síntese teórica.

Voltando às premissas do início desta apresentação, vemos em primeiro lugar, que as Relações Internacionais, apesar de seu caráter multidisciplinar apresenta um desenvolvimento teórico próprio, distinto de outros campos das ciências sociais, especialmente a partir da década de 1970. Conhecer esta discussão é obrigação daqueles que lidam com relações internacionais e Relações Internacionais.

Além disso, em um contexto de profusão de cursos de Relações Internacionais no Brasil e o crescente interesse pela área nos últimos anos, o campo foi invadido por outsiders oportunistas que intencionalmente confundem a multidisciplinaridade natural das Relações Internacionais com o seu próprio desenvolvimento teórico. O ataque dos outsiders é até natural dado a longa tradição brasileira no campo do direito e da economia (nossos “irmãos mais velhos”), entretanto, muitos dentro das áreas de direito, economia e mesmo das ciências políticas e até na geografia vêm clamando um conhecimento próprio das Relações Internacionais que não possuem.

É lógico que economistas, geógrafos e estudiosos do direito têm muito a dizer sobre as relações internacionais mas se quiserem dizer algo sobre ou em nome das Relações Internacionais devem aderir à área, pois nenhum especialista em Relações Internacionais tem o direito de clamar um conhecimento jurídico ou econômico que não o tem já que não fez nem graduação e nem mestrado/doutorado nestas áreas, o mesmo deve ocorrer na direção oposta, portanto, a premissa deve ser de que para ser parte da Comunidade Epistêmica de Relações Internacionais, é preciso estudos específicos na área de Relações Internacionais, seja em nível de graduação ou pós-graduação.

Finalmente, em relação à segunda premissa, através da apresentação dos capítulos que se seguem, o leitor notará que existe uma imensa diversidade teórica de Relações Internacionais que nos impede em falar em uma teoria geral e sim dos debates teóricos dentro de nosso campo. Como já indicado, é por conta da diversidade teórica é que há uma importância fundamental do debate metateórico em Relações Internacionais, pois se não há língua comum em termos teóricos certamente esta existe no campo metateórico e é aí então que estaria o caminho para uma confluência teórica de Relações Internacionais, se é que isso um dia será possível.